ARThUR BERNARDES

Em 15 de novembro de 1922 subiu ao poder Arthur Bernardes.

Candidato combatido pela imprensa opo-
sicionista, não gozando, igualmente, de sim-
patia nos meios militares, o Governo Arthur
Bernardes decorreu em constantes agitações
políticas, quase todo sob a vigência de estado
de sitio (1.287 dias).

Foi durante este quadriênio, entretanto,
que se fêz a primeira revisão da Constituição
Republicana de 1891.

Permanecia o estado de sitio decretado
em consequência dos acontecimentos de 5
de julho de 1922 e prorrogado até 31 de
dezembro.

Apresentou no Senado projeto de revoga-
tão (n.º 73, de 1922), em 29 de novem-
bro do mesmo ano, referia-se o Sr. Justo
Chermont ao assunto, declarando “não ha-
vem motivo para se conservarem suspensos
os garantias constitucionais”.

Afirmando continuar a mais severa cen-
sura na imprensa, leu provas de artigo a
ser publicado em A Noite, artigo este inter-
ditado pela censura.

Em 1º de janeiro de 1923, entretanto,
o Governo Arthur Bernardes, pelo Decreto
n.º 15.913, declarava em estado de sitio
até 30 de abril dêste ano o território do
Distrito Federal e o do Estado do Rio de
Janeiro.

Decreto n.º 15.913, de 1º de janeiro
de 1923

“Declara em estado de sitio, até 30 de
abril dêste ano, o território do Distrito
Federal e o do Estado do Rio de Janeiro.
O Presidente da República dos Estados
Unidos do Brasil, considerando que per-
manecem muitas das causas determinantes
do estado de sitio decretado pelo
Congresso Nacional até 31 de dezem-
bro findo e a necessidade de manter
as medidas e providências dêle decor-
rentes, usando da atribuição constante

A Reforma da Constituição, em 1926, se
manifestou sobre o estado de sitio em seu
art. 34, n.º 20:

“ART. 34 — Compete privativamente
ao Congresso Nacional:

20) Declarar em estado de sitio um ou
mais pontos do território nacional
na emergência de agressão por for-
quias estrangeiras ou da comunicação
interna, aprovar ou suspender o
sítio que houver sido declarado
pelo Poder Executivo ou seus agen-
tes responsáveis na ausência do
Congresso.”
do art. 48, n.º 15, da Constituição da República, resolve:

Artigo único — Fica declarado, desde já, o estado de sítio, até 30 de abril deste ano, em todo o território do Distrito Federal e no do Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 1.º de janeiro de 1923, 102.º da Independência e 35.º da República.

Arthur da Silva Bernardes
João Luiz Alves.”

A mensagem presidencial, enviada ao Congresso Nacional na sessão solene de abertura da terceira sessão da undécima legislatura, em 3 de maio de 1923, referiu-se ao clima de intransigência política que vivia a Nação e às consequentes medidas adotadas pelo Governo Federal.

Em relação ao estado de sítio, assim se referiu a mensagem:

“Em consequência dos movimentos sediciosos de julho de 1922, o Congresso Nacional declarou o estado de sítio por 30 dias, no Distrito Federal e no Estado do Rio de Janeiro, por Decreto n.º 4.549, de 5 de julho de 1922, e o prorrogou até 31 de dezembro do ano findo, pelo de n.º 4.553, de 29 do mesmo mês de julho. Por Decreto n.º 15.913, de 1.º de janeiro deste ano, o Governo declarou o estado de sítio até 30 de abril findo e, por Decreto n.º 16.015, de 23 de dezembro desse ano, prorrogou-o até 31 de dezembro deste ano.

Nas consideranda que precedem estes atos, estão expostos, em síntese, os motivos que levaram o Governo a adotar, a contragosto, mas em defesa dos altos interesses nacionais, a providência referida.

Em mensagem especial prestar-vos-emos, oportunamente, contas das medidas tomadas na vigência do estado de sítio, durante o qual o Governo tem exercido uma ação moderada de prevenção, embora disposto a empregar as mais energicas providências, caso se torne necessário.

Não seria possível permitir que as fôrças produtoras do País, seu crédito interno e externo, a obra benemérito de reorganização das fôrças armadas, as necessidades da nossa reconstrução financeira, as exigências do nosso progresso econômico e a nossa cultura política continuassem à mercê de perturbadores contumazes e sem ideal, confiados na excessiva benignidade das nossas leis e no visceral sentimentalismo da nossa raça.

Para impedi-lo, o estado de sítio era recurso necessário, por tanto tempo quanto indispensável à defesa dos interesses do País, ficando ao vosso critério e competência resolver sobre o prazo que pareceu conveniente para uma definitiva prevenção de males que todos sentem e cujos causadores o Governo conhece, como conhece os seus projetos.

Embora aparelhado para frustrar qualquer tentativa de exteriorização de tais projetos, graças à disciplina e patriotismo das fôrças armadas e ao apoio do povo sensato e trabalhador, o Governo entende que melhor é prevenir o desordem, eliminando-lhe as causas, do que reprimi-la.

Só o desconhecimento dos limites constitucionais traçados entre nós ao estado de sítio poderia determinar alarmas descabidos — internos ou externos.

Medida essencialmente preventiva, ela aqui produz, como já foi dito, uma situação que pode quase ser comparada ao regime constitucional sob o qual vivem normalmente muitos dos povos mais adiantados e livres.

Limitado à detenção ou desterro de elementos perigosos e à censura de imprensa no incitamento à anarquia e ao crime, como tem sido praticado,
o estado de sitio é medida de benéfico efeito numa hora de dissolução social. Só poderá atingir e só atingirá, no atual Governo, os que por atos, ou escritos, tentarem subverter a ordem estabelecida. A estes fácil será evitar-lhe os efeitos, evitando as causas que os determinam.

O povo ordeiro, a imprensa bem orientada e de processos limpos, todas as classes sociais, enfim, durante ele, terão as mesmas garantias do regime normal, acrescidas da tranquilidade oriunda da certeza de que o Governo pode agir com presteza e segurança contra os perturbadores quaisquer da paz pública."

A mesma mensagem referiu-se à intervenção no Estado do Rio de Janeiro e à agitação no Rio Grande do Sul, onde a eleição do respectivo Presidente ocorreu em clima de grande exaltação, derivando em luta armada os protestos pela decisão das urnas.

O Decreto n.º 16.015, de 23 de abril de 1923, prorrogou o estado de sitio até 31 de dezembro do corrente ano.

O Decreto n.º 16.185, de 26 de outubro de 1923, suspendeu, nos dias 27 e 28 do corrente, em todo o Estado do Rio de Janeiro, o estado de sitio prorrogado pelo Decreto Executivo n.º 16.015, de 23 de abril de 1923.

O Decreto n.º 16.276, de 23 de dezembro de 1923, suspendeu o estado de sitio, a partir de 25 de dezembro de 1923.

Em sessão de 21 de setembro de 1923, na Câmara dos Deputados, foi submetido ao parecer da Comissão de Justiça o Projeto n.º 203, prescrevendo a suspensão do estado de sitio prorrogado pelo Decreto n.º 16.015, de 23 de abril do mesmo ano, até 31 de dezembro, e concedendo anistia ampla "aos civis e militares direta ou indiretamente envolvidos nos acontecimentos revolucionários de 5 de julho de 1922, ou em quaisquer outros que com eles se relacionem". (Documentos Parlamentares, v. 10, pág. 21.)

A maioria da Comissão se opõe ao levantamento do sitio, pelos motivos constantes do parecer, expostos nestes termos:

"Julgando inútil, ou melhor, redundante, reabrir discussão sobre se a competência dada pela Constituição ao Poder Executivo para, na ausência do Congresso, decretar o estado de sitio, pode abranger o prazo, ou parte do prazo de funcionamento constitucional do Poder Legislativo, uma vez que este problema já foi largamente discutido, por esta Comissão, em seu parecer de 6 do corrente mês, relatado com a sua habitual proficiência pelo Sr. Heitor de Souza, parece à Comissão que, dessa data até hoje, ainda não sobrevieram motivos que a induzissem a aconselhar a medida prescrita pelo art. 1.º do Projeto n.º 203, de encontro às razões em que se fundou o Poder Executivo para expedir o Decreto n.º 16.015.

É, sem dúvida, lastimável que o alarme social, provocado pela profunda comulação oriunda do movimento de 5 de julho, ainda perdure com a intensidade necessária a exigir do Poder Público a permanência das medidas de exceção consideradas pelo Sr. Presidente da República indispensáveis à defesa da ordem e à segurança da República. Seria, porém, imprudente, da parte do Poder Legislativo, cerrar ouvidos à franca exposição das razões que servem de fundamento ao Decreto n.º 16.015, e retirar das mãos do Presidente da República, do modo arbitrário prescrito pelo Projeto n.º 203, os elementos de defesa legal por ele reclamados como idôneos neste período de incertezas, em que, mais do que nunca, a tutela dos mais respeitáveis interesses da sociedade brasileira estão a requerer da autoridade constituída, a por de uma vigilância incessante, uma ação rápida e enérgica contra os fermentos das desordens, contra os germens de dissolução,
que porventura busquem solapar os ba-
ses e os esteiros angulares da nossa
organização constitucional.

Nas razões do seu ato, o Sr. Presidente
da República declarou ter "seguro co-
hecimento e provas irrecusáveis" de
que elementos subversivos "continuam a
ameaçar a paz pública em tentativas
de perturbação da ordem"; pelo que,
"para impedir que tais tentativas se
manifestem em fatos, é dever do Go-
vêrno preventir a ação subversiva, pro-
cedimento mais humano e menos pre-
judicial do que o de reprimi-las". (Op.
cit., pág. 22.)

Em sessão de 27 de setembro, entrou em
discussão única o Projeto n.º 223, de 1923,
aprovando os atos do Poder Executivo, de-
clara o estado de sitio até 30 de abril
desde ora, em todo o território do Dis-
trito Federal e no Estado do Rio de
Janeiro e prorrogando-o, pelo Decreto
n.º 16.015, de 25 de abril, também
desde ora, até 31 de dezembro de
1923.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições
em contrário.

Sala das Comissões, 28 de setembro de
1923. — José Álvaro Cova, Presidente
— João Cabral — Euclides Malta."

Remetido ao Senado, o projeto foi ana-
lisado em parecer da Comissão de Justiça,
os seguintes termos:

§ 3.º — De meritis

Não há quem desconheça, no País,
quem não tenha em memória e na
consciência o condenável levante mi-
litor do Forte de Copacabana e de uma
parte da guarnição, professores e alu-
nos, do Realengo, os dolorosos acon-
tecimentos que nesta cidade se desen-
ralaram nos dias 4 e 5 de julho do
ano próximo passado.

O Congresso armou logo, imediatamen-
te, o Góverno, na Capital Federal e
no Estado do Rio, com o decreto do
sitio, concedendo-lhe a faculdade de
prorrogar, suspender provisória ou de-
finitivamente e estendê-lo a outros
pontos do território nacional.

Debelada ou vencida a revolta, cham-
ados aos tribunais os seus responsá-
veis, permaneceram, entre os seus
adeptos, a fermentação e o calor da
represália às medidas de ordem e inte-
gração jurídica, continuaram, violen-
tas e ousadas, as manifestações de ran-
cor e vingança às autoridades consti-
tuídas, inconvenientes ao credo polí-
tico ou partidário deles, sentiu-se, ain-
da, notadamente nesta cidade e no Es-
tado do Rio de Janeiro, a deslocação
de elementos, colimando a perturba-
ção, a desobediência à disciplina legal
e às funções públicas.

E, na emergência e prolongação des-
sa delicada situação, usando de um
direito que expressa, ao mesmo tempo,
rigoroso dever funcional, previsto no
art. 48, n.º 15, da Constituição, ba-
xou o Chefe da Nação os Decretos
números 15.913, de 1.º de janeiro, e
16.015, de 23 de abril desse ano, de-
clara o sitio até 30 desse, e pror-
rogando-o, na Capital da República
e no Estado do Rio de Janeiro, até 31
de dezembro próximo, atos, plena-
mente justificados, que, de acordo com
o voto da Câmara, devem merecer a
aprovção do Senado."

Sala das Comissões, 14 de novembro
de 1923 — Bernardino Monteiro, Pre-
sidente — Lopes Gonçalves, Relator
Ferreira Chaves — Marcílio de Lacer-
Em sessão de 31 de maio de 1924, o Senado Federal aprovou a Proposição n.º 80, de 1923, da Câmara dos Deputados, apro-vando os atos do Poder Executivo, decre-tando o estado de sítio até 30 de abril e prorrogando-o até 31 de dezembro do mesmo ano; e a Proposição n.º 102, de 1923, também da Câmara dos Deputados, apro-vando os atos praticados no estado de sítio decretado a 5 e prorrogado a 29 de julho de 1922 até a data da mensagem de novembro do mesmo ano. (Op. cit., pág. 108.)

O Governo Arthur Bernardes enfrentou, no ano de 1924, a revalta do Estado de São Paulo.

Agitações em outros pontos do país tinham, já, no início desse ano, provocado a decretação de estado de sítio (o Decreto n.º 16.422, de 19 de março de 1924, declarou o estado de sítio, por 30 dias, no Estado da Bahia, dando outras providências; o Decreto n.º 16.446, de 5 de abril de 1924, suspendeu o estado de sítio decretado para o Estado da Bahia).

Em sessão de 5 de julho, assim se manifestava o Sr. Antônio Carlos, na Câmara dos Deputados:

“Sr. Presidente, a Câmara acaba de ouvir a leitura da mensagem que lhe dirigiu o Sr. Presidente da República. Em virtude dos termos desse documento, é que eu me levanto, impelida pela maior indignação, sentimento sem dúvida partilhado por todos a Câmara (Apoiamos! Muito bem!) para, correspondendo aos ditames do meu patriotismo, que se confundem com os dos meus prezados colegas, apresentar um projeto que, ao mesmo tempo, assinala a nossa firme solidariedade com o Sr. Presidente da República, a atuação que terá de desenvolver em face das novas tentativas de desordem, a nossa firme confiança, o nosso decidido propósito de entregar ao seu elevado critério e ao seu acendrado patriotismo os preciosos meios para que S. Ex.ª, combatendo os elementos subversivos, que mais uma vez tentam contra a ordem pública, assegure à nossa Pátria os dias felizes que os interesses do Brasil e dos brasileiros não cessam de reclamar. (Muito bem! Muito bem!) Apresento, Sr. Presidente, à consideração da Câmara dos Srs. Deputados o seguinte projeto (I):

“Artigo único — É declarado estado de sítio por 60 dias na Capital Federal e nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, ficando o Presidente da República autorizado a prorrogá-lo, a estendê-lo a outros pontos do território nacional e a suspender-lo no todo ou em parte. Revogam-se as disposições em contrário.” (Muito bem! Muito bem!) ("Documentos Parlamentares", volume 11, página 7.)

Requerida urgência para imediata discussão e votação do projeto, foi ele aprovado e remetido ao Senado, onde foi aprovado, igualmente, em sessão de 5 de julho. (Op. cit., pág. 9.)

Em sessão de 8 de julho, na Câmara dos Deputados, o Sr. Adolfo Bergamini, em explicação pessoal, manifestou-se contra o projeto de estado de sítio, já aprovado por aquela Casa do Congresso. Disse o orador:

“Privativamente ao Congresso compete declarar o estado de sítio, fixando o espaço e o tempo de seu vigor. Em pleno funcionamento, ao Legislativo é defeso autogerar faculdade que lhe é peculiar e inalienável, pois que só na ausência do Congresso o Executivo pode, existindo grave comomoção intes-tina, que ponha a Pátria em perigo, suspender as garantias constitucionais...

O Sr. Antônio Carlos — Mas há comomoção mais grave do que a tentativa de deposição de um presidente de Estado à mão armada?

O Sr. Adolfo Bergamini — ... não me deteria na crítica do pedido e do deferimento pelo Congresso, mas seria
forçado a negar o meu apoio em face da redação do projeto, a meu ver, francamente inconstitucional.

Aberto o Congresso Nacional, estando este em pleno funcionamento, é defe-
so delegar atribuições privatamente suas ao Executivo, para, no momento
que reputar oportuno, êste decretar por si a medida extrema, no ponto que
lhe aprouver do território nacional.

Não se podia, no meu desautorizado entender, conferir essa outorga ao ilus-
tre Presidente da República; nem se diga que a perspectiva de necessidade
superveniente aconselhasse a delega-
cão para que, no momento oportuno, pudesse usar da faculdade extraordi-
nária, com celeridade e rapidez. O Congresso, em 15 minutos, e mais do
que isso não demorou, lhe atendeu
solicitação contida na última parte de
sua mensagem.

Fica, assim, conhecido o meu pensa-
mento.

Acentuei, Sr. Presidente, de passa-
gem, que o estado de sitia tem-se
transformado num instrumento de vin-
gaças, desvirtuando-se seu verdadeiro
fundamento e seus elevados fins; apro-
veito estar na tribuna para ilustrar
com fatos a verdade do meu asserto.
Não havia ainda o Congresso decidido,
em definitivo, sobre a concessão do
estado de sitio e, no Distrito Federal,
ja havia jornalistas, que são sempre
as vítimas preferidas, recolhidos su-
mariamente à prisão, sem serem ouvi-
dos, incomunicáveis, sem que de qual-
quer parte receisse sôbre êles suspei-
tas de intervenção no motim que, nes-
te instante, subverte a ordem no Esta-
do de São Paulo.” (Op. cit., pág. 11.)

Em sessão de 10 de julho, o Sr. Antônio
Carlos apresentou requerimento de solidar-
iedade ao Presidente da República e ao
Presidente de São Paulo, Carlos de Campos,
así assim justificado:

“A resistência de Carlos de Campos,
a sua bravura pessoal e a sua capaci-
dade de homem de Estado, fizeram-
no vencedor, desde as primeiras horas,
dêsse condenávelísimo levante militar,
e colocam-no na posição de um dos
mais notáveis brasileiros cujos nomes
hão alcançado o altíssimo prêmio de
figurar em letras duradouras nos fastos
da história de nossa pátria.

O momento, Sr. Presidente, aconselha
inteira firmeza das nossas atitudes; as
manifestações as mais desassombradas
ao lado do Sr. Presidente da Repúbli-
ca e do Estado de São Paulo, corra-
bando e fortalecendo, se possível, a
atitude patriótica e por todos os títu-
los dignos de ser enraizada de todos os
governadores dos Estados da Fe-
deração e tantas associações de classe
que, nesta Capital e em todo o territó-
ário brasileiro, não cessam de afirmar
de modo categórico e entusiasta a sua
condenação formal àqueles que, esque-
cendo os seus mais elementares devo-
res e faltando com o amor que devem
ao seu país, acabam de criar ao des-
envolvimento da nossa vida social e
política o grave embaraço, constituído
pelo movimento sedicioso realizado em
São Paulo.” (Muito bem)

Requerimento

“A Câmara dos Deputados julga-se no
dever de, traduzindo o sentimento ge-
ral do País, de que é reflexo e órgão,
aplaudir a serena energia e impertur-
bável intrepidez com que, na atual
emergência e em face do odioso le-
vante de que está sendo teatro a ca-
pital do Estado de São Paulo, está
agindo o eminente Sr. Presidente da
República e de significar-lhe a sua in-
tegral solidariedade.

Ao mesmo tempo cumpre-lhe expres-
sar a sua admiração pelo denodo clívi-
co e bravura patriótica que estão ca-
Racterizando a ação do ilustre Presi-
dente Carlos de Campos, na heróico
resistência àquela rebelião, e das forças
legais do Exército e da Marinha que estão defendendo a República.
Sala das Sessões, em 10 de julho de 1924 — Antônio Carlos."

Na mesma sessão, o Sr. Francisco Campos usou da palavra, referindo-se à situação:

"Sr. Presidente, pelos sentimentos de Minas, pelo pensamento político de Minas, pela atitude de Minas, afirmam, igualmente, o pensamento, o sentimento e a atitude dos outros Estados da República (Muito bem!), todos eles reunidos, como uma coroa, em torno do Governo Federal, traçando êste círculo de garantias morais e políticas, sôbre o qual repousa, Sr. Presidente, a segurança de que as instituições republicanas ainda não perderam, no Brasil, as suas sentinelas avançadas (Muito bem!), que o meio político brasileiro está à altura das suas responsabilidades; que sejam quais forem as acusações e as verberações injustificadas, com que se lhe tachem as presunções de servidão e escravidão, essa servidão e essa escravidão não representam mais do que êsse grave, ponderado e discreto senso das responsabilidades (apoiados), que há de acompanhar a todos os homens públicos, se eles quiserem se manter a esta altura em que a delegação de povo, aos seus representantes, não significa apenas uma petição, mas uma transmissão de poderes garantidos, e afiançados por uma capacidade e uma responsabilidade de comprovadas. (Muito bem!)

Sr. Presidente, submissão à ordem, escravidão às responsabilidades, apagando-as às individualidades, para que aparente e se acuse a solidariedade de geral, indispensável à realização de toda a obra política, que não é apenas a obra de indivíduos isolados, senão o resultado de uma convergência de vis- tas, em que as individualidades se sacrificam e se apagam, disciplina essen-

cial a todos os corpos, assim como aos corpos políticos, disciplina que não representa uma abdicação dos órgãos mentais, senão uma surdina dêstes órgãos e uma aplicação mais atenta das seus deveres. (Muito bem! Bravó!)

Sr. Presidente, graças a essa subserviência, graças a essa escravidão, têm as instituições republicanas do Brasil, apesar de todos os contratempes, marchado lenta, mas seguramente, para as suas grandes realizações; a essa subserviência e a essa escravidão, que fizeram os 30 anos de grandeza materiais e políticas do Brasil no período da República (Muito bem!), e essa servidão e essa escravidão, surdas aos apupos e aos aplausos populares, é que têm levantado, sobre essas reincentes tentativas do plebiscito de quartéis (apoiada, muito bem!); é que têm mantido sempre viva e no mesmo diapasão a voz do País, reafirmada, em sucessivos plebiscitos nacionais, para os grandes cargos efetivos." (Muito bem!)

E, mais adiante:

"Traduzidos assim, Sr. Presidente, os sentimentos da bancada mineira, e reafirmado a sua solidariedade integral com as autoridades constituídas, neste momento, eu, por minha conta, digo, agora, que não só darão, se estivesse presente à sessão de sábado, o meu apoio ao projeto autorizando o Governo a decretar o estado de sitio, como também a todas as medidas, ainda as mais extremas, repito, que o Congresso julgar necessárias, aparelhando o Poder Executivo, indo mesmo até à delegação de plenos poderes ao Sr. Presidente da República para exercer, durante o tempo que fosse preciso, uma ação discricionária." (Muito bem! Muito bem! O orador é cumprimentado. Palmas no recinto.) (Op. cit., pág. 29-31.)
O requerimento do Sr. Antônio Carlos foi aprovado na mesma sessão. (Op. cit., pág. 54.)

Sobre o movimento eclodido em São Paulo, representantes dos diversos Estados da Federação fizeram-se ouvir.

Em sessão de 29 de julho, assim se manifestou o Sr. Getúlio Vargas:

“Sr. Presidente, esta sedição que acabou de ser julgada não tinha um fim construtor, um intuito de nobreza, nem a fuma justificativa de um ideal. Nada disso. Era, por sua natureza, pelos seus fins, puramente negativa. Um dia, esses homens que iludiram a Nação, conspirando para assaltar os poderes públicos, ludibriando a confiança que nêles depositaria, como encarregados da manutenção da ordem pública, de guarda vigilantes das instituições constitucionais, um dia, eles violaram o seu pacto de honra, para voltarem as armas contra essas próprias instituições, amatulados em uma revolta de quartéis, unidos apenas sob a base comum do instinto de destruição.

Essa sedição caiu, como tinha de cair, combatida por todas as forças vivas da nacionalidade, em meio da indignação e do desprezo públicos.

Dois vultos, principalmente, salientaram-se nesta luta, focalizando todas as atenções e que hão de passar à história envoltos na mesma auréola de simpatia e de gratidão pública: de um lado, a figura serena, enérgica e dominadora do Sr. Presidente da República, tomando todas as providências para dominar a revolta, como a viva encarnação do poder constituido; de outro lado, a figura heroica, pela abnegação e pelo sacrifício, do ilustre Presidente de São Paulo, que só era conhecido por nós, como um brilhante intelectual. Ignorávamos ainda a formidável reserva de energias que existia naquela organização (Muito bem!)

É justo, Sr. Presidente, que, como representante da maioria da representação sul-rio-grandense, me desvaneça e me orgulhe pelo auxílio eficiente que prestou o Rio Grande do Sul, cumprindo o seu dever, o Rio Grande do Sul, representado pelo seu governo, na pessoa benemérita de Borges de Medeiros. Este, bem compreendendo as suas responsabilidades no momento, não teve nenhuma vacilação, o seu espírito não tergiversou, não se quedou no comodismo apático dos indiferentes, tampouco não esperou a vinda dos árubicos que lessem nas entranhas das vítimas os intitulos da revolução e os motivos que a desencadearam, para depois assumir posição.” (Op. cit., página 111.)

Na mesma sessão, o Sr. João Mangabeira:

“Quando, aos primeiros dias de julho, a Nação, tomada de surpresa, amanhecia sobressaltada, aos clarões da revolta militar que estourava em São Paulo, de um lado, o motim negregado nos rebaixava aos olhos do estrangeiro, acendendo na alma dos patriotas aquêle grito de angústias e desespero, que vibra no telegrama do Embaixador Gurgel, por outro lado, a energia serena, diante do perigo, no seu momento fatal, a energia inquebrantável e fria, demonstrada pelo Governo, pelos classes armadas, pelo povo, apresentava aos nossos olhos e aos do estrangeiro o exemplo da segurança absoluta de uma grande nacionalidade, confiante em sua própria força, e deixava, nas larges do tempo, antever papel que a Providência lhes reserva nos destinos eternos da humanidade. (Muito bem! Apoiaos.)

De fato, Sr. Presidente, em toda a história da nossa nacionalidade, no curso dos dois regimes, nunca, como agora, nas angústias dessa conjuntura, tremenda e temerosa, nunca a Nação se apresentou tão consciente de sua
fortaleza, tão senhora dos seus destinos (apoiados), tão certa e segura no direito de governar-se por si mesma, livre da tutela humilhante das classes que organizou para a sua defesa; que juraram por sua honra defendê-la; e que agora mesmo, salvando a sua honra, acabam de, ainda uma vez, a defender. (Muito bem! Apoiados.) (Op. cit., pág. 113.)

Os decretos que declararam o estado de sítio, nesta época, foram os seguintes:

**Decreto n.º 4.836**, de 5 de julho de 1924 — declarou o estado de sítio, por 60 dias, na Capital Federal e nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

**Decreto n.º 16.526-A**, de 14 de julho de 1924 — estendeu aos Estados de Sergipe e Bahia o estado de sítio decretado por 60 dias pelo Congresso Nacional para a Capital Federal e para os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

**Decreto n.º 16.535**, de 27 de julho de 1924 — estendeu aos Estados do Amazonas e Pará o estado de sítio por 60 dias.

**Decreto n.º 16.563**, de 26 de agosto de 1924 — estendeu ao Estado de Mato Grosso o estado de sítio por 60 dias.

**Decreto n.º 16.579**, de 3 de setembro de 1924 — prorrogou até 31 de dezembro de 1924 o estado de sítio decretado para os territórios do Distrito Federal e dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Sergipe, Pará, Amazonas e Bahia.

**Decreto n.º 16.597**, de 17 de setembro de 1924 — suspensão, no dia 21 do mesmo mês, em todo o Estado de São Paulo, o estado de sítio prorrogado pelo Decreto n.º 16.579, de 3 de setembro de 1924.

**Decreto n.º 16.602**, de 17 de setembro de 1924 — estendeu ao Estado do Paraná o estado de sítio decretado até 31 de dezembro do mesmo ano, para os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Sergipe, Pará, Amazonas e Bahia.

**Decreto n.º 16.609**, de 20 de setembro de 1924 — suspensão, no dia 21 do mesmo mês, em todo o Estado da Bahia, o estado de sítio prorrogado pelo Decreto n.º 16.579, de 3 de setembro de 1924.

Cumpre relacionar, igualmente, os seguintes decretos, boiados em julho:

**Decreto n.º 4.832**, de 9 de julho de 1924 — publicou a resolução do Congresso Nacional, prorrogando o estado de sítio decretado pelo Poder Executivo e por ele prorrogado até 31 de dezembro de 1923.

**Decreto n.º 4.833**, de 9 de julho de 1924 — publicou a resolução do Congresso Nacional, prorrogando os atos do Poder Executivo praticados na constância do estado de sítio decretado pelo Poder Legislativo e por ele mesmo prorrogado, até a data do mensagem daquele primeiro Poder, de 14 de novembro de 1923.

Em 22 de setembro de 1924, chegava à Câmara dos Deputados a seguinte Mensagem do Presidente da República:

"Srs. Membros do Congresso Nacional: Permanecendo os motivos que levaram o Congresso Nacional a estabelecer o estado de sítio e a autorizar a Govérm no a prorrogá-lo, nos termos do Decreto n.º 4.836, de 5 de julho último, entendi de meu dever, usando da autorização conferida, prorrogar aquela medida extraordinária até 31 de dezembro deste ano e estendê-lo a outros pontos do território nacional onde existiam e permanecem os focos de rebeldia.

Assim se fez pelos Decretos números 16.526-A, de 14 de julho; 16.535, de 27 de julho; 16.563, de 26 de
agosto; 16.579, de 3 de setembro, e 16.602, de 17 de setembro deste ano. O Governo sente que essa providência é indispensável para a segurança do regime, com a prevenção e repressão dos movimentos revolucionários e atentados conhecidos e leva o seu ato a vosso alto conhecimento.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1924, 103.º da Independência e 36.º da República. — Arthur Bernardes. —

A Comissão de Constituição e Justiça.

(Op. cit., pág. 583.)

Apresentado projeto que aprovava os decretos que prorrogaram e estenderam a diversos pontos do território nacional o estado de sitio, requerida urgência para votação, foi ele aprovado (Projeto n.º 145-A) na mesma sessão e remetido ao Senado (Op. cit., pág. 593), onde foi aprovado em sessão do dia 24 de setembro. (Op. cit., pág. 624.)

O Decreto n.º 16.614, de 26 de setembro de 1924, suspendia, no dia 28 do corrente, em todo o Estado de Sergipe, o estado de sitio prorrogado pelo Decreto n.º 16.579, de 3 de setembro de 1924.

Em 4 de novembro de 1924, assim se manifestava o Sr. Antônio Carlos, em sessão da Câmara dos Deputados:

"Sr. Presidente, quando falei recentemente perante a Câmara, defini o momento, dizendo que de um lado deparava-se-me um pequeno grupo constituído pelos remanescentes da revolta de 1922, por aqueles cujos interesses têm sido, em defesa da causa pública, feridos pela ação do Governo Federal, e por aqueles cujas ambições incontinentes e incontidas impeliam-nos para a prática de atos tendentes à posse do poder, que lhes tem escapado, que lhes escapa e que lhes escapará pelos processos normais; de outro, a Nação brasileira, censura de que os seus interesses estão no respeito à ordem, estão em que a legalidade continue a estender sobre a nossa nação o seu manto protetor dos direitos de cada cidadão e da pátria comum. E eu patenteei que era dever de todos os brasileiros, amigos do seu País, exercerem uma campanha quotidiana, contínua, até mesmo de todas as horas, procurando prevenir os mais incautos contra esse núcleo rebelde, cuja atuação o Governo sabia ininterrupta, cuja atuação no sentido da propaganda das suas idéias maléficas era do conhecimento oficial, como do conhecimento nosso.

A princípio esse pequeno núcleo conseguiu, pondo em prática os mais insidiosos processos, seduzir uma parcela de oficiais de terra. Nesse instante, cada um de nós, experimentando a maior consolação para os seus sentimentos de patriotismo, pôde verificar que o grosso das forças de terra, em obediência aos seus deveres e tendo na devida conta as glórias do exército nacional e as suas respeitáveis tradições, permaneceu firme a serviço do Governo constituído. E graças, Sr. Presidente, a essa firmeza e lealdade das forças de terra, a ordem pública está mantida, a legalidade completamente defendida.

A confiança da Nação no Exército Nacional é perfeita e é legítima.

A todos parecerá que se esse pequeno núcleo de militares rebelados contra a autoridade pudesse prever que seria abandonado pelos seus companheiros de armas, não teria ido até as posições em que se colocaram, comprometendo de modo profundo, por hoje e por muito tempo mais, as aspirações regulares e os interesses permanentes da nossa Pátria. (Apoiados.)

Esse núcleo reduzido de militares, atuando sobre uma parte também pequena da Marinha de Guerra, acaba de conseguir que um dos nossos dreadnoughts, o São Paulo, pratique atos reveladores da adesão ao movimento contra as autoridades legais. Devo informar, porém, à Câmara, que o São
Paulo tem, dentro da sua própria guarnição, elementos que terão de destruir o levante. O Governo sabe, nesta hora, que dentro dele já se estabeleceu a luta, que o número de oficiais revoltosos é mínimo, mas que, audazmente, conseguindo captar a confiança de parte da marinagem, desferiram os golpes já conhecidos. E o Governo sabe que vários dos oficiais e muitos dos suboficiais, assim como grande parte da marujada, estão operando no sentido de retomar o comando do dreadnought aos poucos que se revoltaram.

A semelhança do que ocorreu com o Exército, aquéles poucos rebeldes a estas horas experimentam, sem dúvida, a decepção conseqüente ao isolamento que em torno deles se vai formando, porque a Marinha, representada por todas as suas demais unidades, aquelas de poder notoriamente eficiente, a Marinha está fiel ao Sr. Presidente da República; a Marinha está disposta a ir até às últimas consequências na defesa da ordem legal e da Pátria, contra seus companheiros que se insurgiram. (Muito bem!)

A Nação sempre depositou nas classes do mar a mais perfeita confiança; elas têm sido, neste instante, uma das mais poderosas colunas sobre que se apóia o poder legal.

Não é preciso invocar as tradições que lhe aureolam a fama para ficar tranquilo, como brasileiro, quanto a atitude que, em definitivo, ela saberá manter.

O que é certo, porém, Sr. Presidente, é que o grosso do Exército e o grosso da Marinha nacionais, assim se orientando, colocam-se firmemente ao serviço dos mais altos interesses da nossa Pátria. (Muito bem!)

Urze que cada brasileiro pergunte a si mesmo qual o rumo que esse movimento de revolta procura, porque esse brasileiro terá de se convencer de que esse rumo é o da anarquia (Muito bem!); de que esse rumo terá como resultado derradeiro o desconhecimento do Pátria, interna e externamente. (Apoiados. Muito bem!)

A cada um de nós, para o fim de justificar a tristeza deste instante, basta-rá que inquiria a si mesmo a repercussão tristíssima, para o nome do Brasil, que causará no estrangeiro o se saber que uma unidade da nossa Marinha de Guerra assustou seus congênere contra o palácio do Sr. Presidente da República.

O Brasil, Sr. Presidente, pelos movimentos desordenados das paixões, a que aludo, corre o risco de passar a ser inscrito no número das nações a que a humanidade não conceitua, porque no meio delas só florescem os pronunciamentos, que são a véscera da anarquia. (Apoiados; Muito bem!)

Se há momento, Sr. Presidente, em que o mais elementar patriotismo obriga cada brasileiro a se transformar em soldado (Muito bem!), se há um momento em que o mais rudimentar vibração pelo interesse e pela aspiração da Pátria obriga cada indivíduo a deixar suas comodidades e, pela palavra ou pela ação, defender a causa legal, éste o é. (Apoiados; muito bem!)

A Câmara jamais vacilou nas atitudes que lhe cumpre assumir, e eu estou certo que vou ao encontro dos sentimentos dela, procurando tornar público que a Câmara se confunde com o Presidente da República... (Apoiadas)

O Sr. Lindolfo Pessoa — Neste momento, muito bem. É a causa da Pátria.

O Sr. Antônio Carlos — ... com a autoridade constituída, em quantas médias S. Ex.0 ponha em prática para defesa do Poder, para defesa, em suma, da Pátria. (Muito bem!)

Submeto à aprovação de meus colegas esta moção, que já está assinada pela quase totalidade da Câmara. (Palmas.)
Direi, por último, Sr. Presidente, que não devo terminar as poucas palavras que hei pronunciado, sem sintetizar à Marinha fiel, que é, quase tôda (apoiados; muito bem! Palmas), à Marinha, na pessoa do venerando brasileiro — ése sim, que merece as palmas da Câmara — o Almirante Alexandrino de Alencar (apoiados; muito bem! Palmas), que a estes homens, assumindo o supremo comando da Marinha de Guerra...

O Sr. Armando Bufalamaqui — Debaixo de fogo e com o maior heroísmo pessoal.

O Sr. Antônio Carlos — ... assegura ao povo brasileiro que a Marinha será, mais uma vez, ao lado do Exército Nacional, essa poderosa coluna da legalidade. (Muito bem! Muito bem! Palmas no recinto.)

Vem à Mesa e é lido o seguinte

Requerimento

"A Câmara dos Deputados, diante do nôvo e odioso levante em uma unidade da Marinha de Guerra, reafirma a sua inquebrantável solidariedade ao eminente Chefe da Nação, intrépido depositário e símbolo da ordem legal, aplaude com entusiasmo a nobre fidelidade das bravas fôrças de mar e terra que se mantêm na defesa da Constituição e das leis e manifesta a sua indignação patriótica contra os autores, os promotores e os incitadores dessas periódicas e funestas explosões de indisciplina.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 1924. — Antônio Carlos." (Assinaram o requerimento cerca de 128 Deputados.) (Documentos Parlamentares, vol. 12, págs. 6-8.)


O Senado Federal, em sessão de 5 de novembro, apreciou, igualmente, requerimento de solidariedade ao Chefe da Nação:

Requerimento

"Requeremos que na Ata da sessão de hoje se inscreva um voto de absoluta condenação do Senado Federal ao levante de parte da guarnição do cou- raçado São Paulo e a reafirmação de sua inteira solidariedade ao eminente Chefe da Nação, que representa os princípios fundamentais da ordem e segurança sociais, manifestando seus aplausos às fôrças de terra e mar que, na patriótica defesa da Constituição e das leis, executam as ordens emanadas do Poder constituído.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 1924. — A. Azeredo e mais 34 Srs. Senadores." (Op. cit., pág. 50.)

Manifestaram-se contra poucos Senadores, entre os quais o Sr. Monis Soledrê, que criticou severamente o Governo Arthur Bernardes:

"Da democracia não ficou sequer a ficção; da liberdade não resta, ao menos, a sombra de uma aparência. Tudo se tem sumido na voragem dessa política calha sôrdida das competições pessoais, em que os apetites dos indivíduos suplantam os mais sagrados interesses nacionais. Desapareceu a Constituição, substituída pela vontade arbitrária e caprichosa dos governos, que, enfeixando-se em si todos os poderes da tirania, só os têm exercido contra os interesses reais do país. Obediência à lei, respeito à magistratura, independência do Congresso, autonomia dos Estados, verdade eleitoral, moralidade na administração, liberdade de imprensa e de tribuna, melindres do patriotismo e de honra, tudo isso passou a ser banalidades e frioleiras para os detentores do poder. Proclamou-se a doutrina misericordia, essa doutrina que é a expressão máxima da indignidade humana, porque é
a demonstração eloquente da desvirilização de uma raça, a doutrina hezindo de que a escravidão é abediência, de que aviltamento ao Governo é disciplina partidária, de que a manutenção da ordem importa no holocausto da Constituição, de que discordar do Governo é conspirar contra a Pátria. Rebaixado à subordinação o Parlamento Nacional, condenado à impotência a magistratura federal, reduzida ao silêncio a imprensa popular, só tem vingado e florescido tripulando, sem contraste, o despatismo odioso e vingativo do Poder Executivo sobre as ruínas do crédito do País, das liberdades individuais e das instituições republicanas. Honra, dignidade, brio, independência, tudo isso desapareceu do mecanismo governamental, atrelados todos os outros poderes constitucionais ao serviço do ditador, que transformou os tribunais de justiça, as câmaras legislativas, os governos dos Estados em dependências subalternas do Palácio do Catete.

E toda a série formidável de erros e de crimes que aviltam a República teve o cúmulo do seu maior surto nesses últimos anos de governo, que levaram a Nação ao desespero com a glória de inaugurar no Brasil, após um século de existência, a ditadura financeira pelo veto imoral e constitucional à lei do orçamento; de haver arrancado, também pela primeira vez, à criminosas condescendência do Congresso um estado de sítio que passasse de um a outro quatriênio, permitindo-lhe, pela confiscação das liberdades individuais, o amordaçamento da consciência nacional; de haver feito a política dos esbanjamentos da fortuna pública, e do ódio perseguidor às classes militares, criando com a insolência de tantos e tão graves erros essa atmosfera de indignação, esse ambiente de revolta das consciências honestas, que preferem a morte à escravidão; de haver perpetuado os sítios, que, extorquidos do Congresso, passaram, por mero luxo de patriotismn, a ser decretados pelo próprio Presidente da República, que os prorrogou pelo prazo de um ano, sem ter em nenhuma conta as prerrogativas constitucionais das câmaras legislativas, virtualmente dissolvidas por esse golpe de Estado. E não satisfeita a luxúria da prepotência com essas exorbitâncias do Poder, inventou-se um sítio de aplicação até então desconhecido, sítio destinado a não mais manter a ordem pública, mas a depar governos estaduais que lhe eram contrários e a investir outros que só tinham por si os caprichos do Chefe da Nação. E no seu furor de ilegalidade e insânia, de autocracia, a audácia governamental não recuou ante a monstruosa enormidade de sítios clandestinos e de antipatia, isto é, sítios secretamente decretados ou prometidos em despachos telegráficos aos detentores do poder, o Governo só soube aplicá-los para a satisfação da vingança. Toda a sua grandeza consiste no culto da violência que ele tem exercido cruelmente contra todos os seus adversários. A perseguição aos militares foi a ideia fixa do seu programa de governo. Até o Exército contra o Exército para melhor destruir-l-o, e manteve a Escadra sob contínuos ultrajes de aviltante suspeição. Em nome da manutenção da ordem ele praticou todos os desordens da vilania, e para a conservação da paz pública declarou guerra aberta à Constituição do País. Para defender a República ele suprimiu a República, decretando um sítio permanente, que, em suas mãos, degenerou em suspensão de todos os leis e confiscação de todos os direitos de liberdade. E quanto a esse sítio, Srs. Senadores, eu me permito ainda lembrar que, além dos atentados, que eu acabo aqui de acentuar, de sítios preventivos, de sítios clandestinos, de sítios invertidos nos seus fins, nos seus intuitos, nos seus efeitos, o atual Governo da República se celebrizou pela extensão indefinida, infinidável dessa.
medida excepcional e tão profundamente condenável. Farei ao Senado um esboço histórico da extensão do sítio em nosso País. O sítio, que nunca foi decretado no Império parlamentar por motivo de rebelião, passou a ser, na República presidencial, a arma comum de combate contra os adversários do Governo. No começo, em 1893, em 1897, em 1904, e em 1910, os sítios nunca tiveram caráter preventivo; e foram sempre decretados por prazo curto, que não ia além de dois meses. Só em 1914 surgiu, entre nós, a monstruosa invenção do sítio preventivo e a longa prazo. A glória desta façanha seduziu, em 1922, o espírito do Chefe da Nação, que obteve do Congresso um sítio preventivo que ultrapassasse o período de seu quatriênio. Ao Marechal Hermes repugnava a humilhação do Governo protegido pela suspensão das garantias constitucionais e, por isso, não prolongou o sítio além de 30 de outubro. Mas o Sr. Epitácio Pessoa vangloriou-se com o heroísmo de só deixar o poder, de só passá-lo ao seu sucessor, sob o amplo disso medida odiosa, que é a expressão mais indigna do despotismo governamental, e S. Ex.º, o Sr. Arthur Bernardes, ufano de governar o País, confiscando o povo os direitos mais sagrados da personalidade humana, emendou, a um sítio de seis meses, outro, que, de 1.º de janeiro, foi a 25 de dezembro, suspenso pouco tempo para ser reanexado em março e estender-se do mês de julho até o último dia do corrente ano. É verdadeiramente significativo o estudo da evolução por que o sítio foi passando entre nós, na sua duração e nos motivos e efeitos de sua decretação. De repressivo, passou a ser preventivo; de preventivo, transformou-se em meio hábil de apurar responsabilidades; de apurador de responsabilidades para evitar perturbações da ordem pública, fêz-se arma de combate contra as autoridades constituídas nos Estados e em instrum 
menta idônea para depor Governadores e substituí-los pelos mais audaciosos usurpadores do poder.

Desmoralizado no seu emprego, invertido nas suas funções, falsificado nos seus fundamentos e nos seus intuitos, o monstro tomou proporções gigantescas na excessiva dilatação e hiperтроfia ameaçadora com que ele vai se estendendo por todo o período presidencial, substituindo o regime da Constituição pelo império de arbitrio em que são devorados os direitos de liberdade individual, de inviolabilidade do lar, de sigilo da correspondência, de livre manifestação do pensamento, além de atentar contra o respeito devido à propriedade privada e liberdade de trabalho honesto, com o fechamento criminoso dos mais importantes órgãos de publicidade, o que importa em confiscação de bens e roubo de salários a centenas de operários. Dezembro, com 373 dias de governo constitucional, teve 20 dias de sítio; Floriano governou 1.087 dias, dos quais 275 em sítio. Prudente teve 102 dias em quatro anos de governo. Rodrigues Alves 106 dias em igual período. Hermes, 270 dias em todo o quadriênio. Epitácio, em menos de três anos, mais de quatro meses, e Arthur Bernardes, em 23 meses de governo, 21 meses e 20 dias de estado de sítio, isto é, em 766 dias, 686 de sítio.

Quer isto dizer, em dois anos de governo só não governou sem sítio pouco mais de dois meses. A República, em 33 anos de existência, sofreu a humilhação de 893 dias de sítio. Sob o império do atual Chefe da Nação, em menos de dois anos, já decorreram 686 dias em que ela vive estrangulada sob essa medida odiosa e aviltante de supremo despotismo."
sessão da décima-segunda legislatura, em 3 de maio de 1925, fez referência à necessidade da revisão das leis de organização política do País e aos movimentos sediciosos verificados em São Paulo e em outros pontos do território nacional.

O Decreto n.º 16.671, de 17 de novembro de 1924, estendera ao Estado do Rio Grande do Sul o estado de sítio até 31 de dezembro daquele ano.

O Decreto n.º 16.706, de 13 de dezembro também daquele ano, suspendeu no dia 14 do mesmo mês, em todo o Estado de São Paulo, o estado de sítio prorrogado pelo Decreto n.º 16.579, de 3 de setembro de 1924.

Em 1.º de janeiro de 1925 declarava o Governo Federal o estado de sítio até 30 de abril no Distrito Federal e nos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Decreto n.º 16.765).

O Decreto n.º 16.767, de 2 de janeiro de 1925, estendeu aos Estados de Sergipe, Pará e Amazonas o estado de sítio decretado pelo Decreto n.º 16.765, de 1.º de janeiro de 1925.

Em 2 de janeiro do mesmo ano, o Decreto n.º 16.769-A suspendeu, no dia 10 do mesmo mês, em todo o Estado de São Paulo, o estado de sítio estabelecido pelo Decreto n.º 16.765, de 1.º de janeiro daquele ano.

Em 13 de fevereiro de 1925, o Decreto n.º 16.795 suspendeu em todo o Estado de São Paulo o estado de sítio no dia 15 do mesmo mês.

O Decreto n.º 16.816, de 21 de fevereiro de 1925, estendeu ao Estado da Bahia o estado de sítio decretado pelo Decreto n.º 16.765, de 1.º de janeiro do mesmo ano.

Em 10 de março de 1925, o Decreto n.º 16.837 suspendeu o estado de sítio em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul no dia 15 de março do mesmo ano.

O Decreto n.º 16.889, de 20 de abril de 1925, suspendeu o estado de sítio em todo o Estado de São Paulo, no dia 25 do mesmo mês e ano.

Em 22 de abril de 1925, o Decreto n.º 16.890 prorrogou o estado de sítio no Distrito Federal e nos Estados do Amazonas, Pará, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul até 31 de dezembro daquele ano.

Na sessão de 5 de maio de 1925 o Sr. Plínio Casado apresentou à Câmara dos Deputados protesto contra o Decreto n.º 16.890, de 22 de abril daquele ano, que prorrogava o estado de sítio até 31 de dezembro.

Assim se manifestou:


O Sr. Henrique Dodsworth — Subscrivo o trabalho de V. Ex.º na parte doutrinária.

O Sr. Plínio Casado — ... dirijam ao Congresso Nacional um protesto contra o Decreto n.º 16.890, de 22 de abril, que prorroga o estado de sítio até 31 de dezembro do corrente ano.

A esta hora, o eminente Senador Lauro Sodré deve estar fazendo, da tribuna do Senado, a leitura desse documento. É o que também vou fazer agora, para que exerci a esclarecida atenção da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, “Saposando os severas responsabilidades do nosso mandato político e ponderando as perigosas circunstâncias desta hora trágica da nacionalidade brasileira, neste terrâco crepúsculo do regime constitucional — Senadores e Deputados representantes da Nação vimos, do alto das tribunas do Senado e da Câmara, lavrar um protesto altivo
mas sereno, enérgico mas elevado contra o ato de força com que o Sr. Presidente da República cobra de malferir o Congresso Nacional, na sua dignidade e na sua competência.

Confronta-nos a esperança, quase a certeza de que o Congresso Nacional não desertará o seu lugar nem deixará ao desamparo a sua causa, que é a sua vida mesma e que é a sua própria honra. Mas se, por desgraça, o Congresso Nacional refugiar ao cumprimento dos seus altos deveres constitucionais e morais para com a Pátria e para com a República, e, insultado, usurpado, lacerado, quedar-se em um oportunismo acomodaticio ou dobrar a cerviz diante da prepotência, mendo o eterno refraço do princípio da autoridade, e entoando laus à razão de Estado — ainda assim éste grito hão de encontrar eco na consciência nacional, que o refletirá, por tôda a Nação, como se fôra a própria voz incorruptível da alma brasileira.

Não nos impressionam mais a parlinga da legalidade, o palavreado da "defesa da ordem", e o atoardo da "salvação do regime". À força de desvirtuadas e depravadas ad usum Delphini, pelos oráculos da Ditadura, essas palavras perderam os seus significados verdadeiros e, muitas vezes, servem para exprimir as idéias antagonísticas. De tal sorte — hoje em dia — nada mais natural que se pergunte: Onde está a legalidade? Onde a defesa da ordem? Onde a salvação do regime? Na sequestração ou na revindicação das liberdades e dos direitos inauriados da criatura humana?

A resposta não nos parece difícil. Tanto vale optar entre a liberdade e a escravidão. Mas, neste lance patriótico, o que nos impressiona e preocupa é a catadura repulsiva do estado de sião crônico e, já agora, manifestamente inconstitucional."

Mais adiante:

"A Nação, exangue, exausta, excruciantemente, sofre até ao fundo o cálice de tôdas as humilhações. Mas a anestesia moral do Governo da República torna-o inaccessible às dores da Nação. Ser forte, ser implacável, ser inexorável é a idéia absorvente que o domina, que o empolga e que o desvia. E ei-la, então, a usar e a abusar de força, a praticar violências inomináveis a torto e a direito, a frio e a eito. E o luxo da prepotência, a ostentação de arbitrio, a obsessão de mandar desfecham um golpe de Estado contra o Congresso Nacional. A soberba do despotismo culmina na usurpação.

Que outro nome pode ter o ato inconstitucional do Poder Executivo que, nas vésperas de o Congresso se reunir, decreta um estado de sitio para vigorar durante todo o tempo da reunião do Congresso? Ele que o Executivo competência para tanto. O Decreto n.º 16.890, de 22 de abril de 1925, aberra dos dispositivos constitucionais e despoja o Congresso, reunido, de uma atribuição que lhe é privativa."

(Documentos Parlamentares, vol. 12, pág. 97.)

Entre os meses de abril e dezembro de 1925, uma série de decretos suspenderam o estado de sitio nos diversos Estados da Federação. Com exceção de um, geralmente estes decretos prescreveram a suspensão do sitio por um dia apenas:

O Decreto n.º 16.891, de 29 de abril de 1925, suspendeu o estado de sitio em todo o território do Pará, nos dias 1.º e 2 de maio próximo.

O Decreto n.º 16.926, de 3 de junho de 1925, suspendeu, no dia 7 do mesmo mês, no Estado do Rio de Janeiro, o estado de sitio prorrogado pelo Decreto n.º 16.890, de 22 de abril do mesmo ano.

O Decreto n.º 16.933, de 9 de junho de 1925, suspendeu, no dia 14 do mesmo
mês, no Município de Bariry, no Estado de São Paulo, o estado de sítio prorrogado pelo Decreto n.º 16.890, de 22 de abril do mesmo ano.

O Decreto n.º 17.005, de 14 de agosto de 1925, suspendeu o estado de sítio em todo o território do Estado de São Paulo, no dia 17 do mesmo mês, data em que se realizariam as eleições para Senador federal.

O Decreto n.º 17.006, de 18 de agosto de 1925, suspendeu o estado de sítio em todo o território do Estado de São Paulo, no dia 27 do mesmo mês, data em que se realizariam, ali, as eleições para Deputados federais.

O Decreto n.º 17.061, de 14 de outubro de 1925, suspendeu o estado de sítio no território dos Estados do Paraná e de Santa Catarina.

O Decreto n.º 17.071, de 19 de outubro de 1925, suspendeu, no dia 1.º de novembro do mesmo ano, no Estado do Amazonas, o estado de sítio prorrogado pelo Decreto n.º 16.890, de 22 de abril daquele ano.

O Decreto n.º 17.103, de 3 de novembro de 1925, suspendeu o estado de sítio no território do Estado da Bahia.

O Decreto n.º 17.117, de 11 de novembro de 1925, suspendeu, no dia 15 de novembro corrente, no Estado do Rio de Janeiro, o estado de sítio prorrogado pelo Decreto n.º 16.890, de 22 de abril do mesmo ano.

O Decreto n.º 17.123, de 25 de novembro de 1925, suspendeu, no dia 29 de novembro, no Estado de Sergipe, o estado de sítio prorrogado pelo Decreto n.º 16.890, de 22 de abril do mesmo ano.

O Decreto n.º 17.124, de 27 de novembro de 1925, suspendeu, no dia 29 do mesmo mês, no Estado de São Paulo, o estado de sítio prorrogado pelo Decreto n.º 16.890, de 22 de abril do mesmo ano.

O Decreto n.º 17.174, de 31 de dezembro de 1925, prorrogou o estado de sítio no Distrito Federal e nos Estados do Amazonas, Pará, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso, até 30 de abril de 1926.

A Mensagem presidencial lida no Congresso na sessão solene de abertura da 3.ª sessão legislativa da duodécima legislatura, em 3 de maio de 1926, referiu-se ao sítio, afirmando:

"... o Governo tem exercido as faculdades decorrentes do sítio com extrema moderação, tornando-o de fato equivalente ao regime normal de outros países cultos e livres, de modo que estrangeiros, que aqui têm permanecido largos meses em relações diretas com a população, no exercício da atividade comercial ou sob outras formas, se mostram surpreendidos, ao fim desse tempo, ao terem notícia da vigência do estado de sítio e dos poderes que este confere ao Governo.

Com efeito, além da suspensão do habeas corpus para os implicados na sublevação e nos conspiradores, o Governo se tem limitado a evitar, pela censura, a instigação à desordem, o menscagado da lei, da autoridade e dos seus depositários, e a turbação das relações com os países estrangeiros." (Diário do Congresso Nacional, de 4 de maio de 1926, pág. 3.)

De maio a outubro de 1926, sucederam-se diversos decretos de suspensão do sítio:

O Decreto n.º 17.212, de 10 de fevereiro de 1926, suspendeu o estado de sítio no Rio Grande do Sul, no dia 15 de fevereiro.

O Decreto n.º 17.229, de 25 de fevereiro de 1926, suspendeu o estado de sítio em todo o território do Estado de São Paulo, no dia 28 do corrente, data em que, ali, se realizariam as eleições para Senadores e Deputados federais.

O Decreto n.º 17.332, de 27 de fevereiro de 1926, suspendeu o estado de sítio em todo o território nacional para o
fim de se realizarem as eleições para Presidente e Vice-Presidente do República.

O Decreto n.º 17.233, de 27 de fevereiro de 1926, suspendeu o estado de sitio no Estado do Pará, no dia 2 do mês próximo de março, para o fim de se realizarem as eleições de Deputados estaduais.

O Decreto n.º 17.237, de 5 de março de 1926, suspendeu o estado de sitio no Estado do Rio de Janeiro, no dia 7 do mesmo mês.

O Decreto n.º 17.238, de 7 de março de 1926, suspendeu o estado de sitio no Estado do Maranhão.


De abril a novembro de 1926, muitos decretos relativos ao estado de sitio foram baixados, ainda, pelo Governo federal:

O Decreto n.º 17.294, de 29 de abril de 1926, suspendeu o estado de sitio no território do Estado de São Paulo, no dia 2 de maio do mesmo ano, data em que se realizariam eleições para preenchimento de vagas no Congresso Estadual.

O Decreto n.º 17.317, de 17 de maio de 1926, resolveu suspender o estado de sitio no território do Município de Igua- pe, Estado de São Paulo, no dia 20 do mesmo mês, a fim de se realizar, ali, a eleição para o cargo de Vereador.

O Decreto n.º 17.330, de 29 de maio de 1926, suspendeu o estado de sitio em todo o território do Estado do Ceará, durante o dia 6 de junho do mesmo ano.

O Decreto n.º 17.336, de 2 de junho de 1926, suspendeu o estado de sitio no Distrito de Cosmópolis, Município de Campinas, no Estado de São Paulo, durante o dia 6 do mesmo mês.

O Decreto n.º 17.342, de 7 de junho de 1926, suspendeu o estado de sitio no Município de Bernardino de Campos, no Estado de São Paulo, durante o dia 20 do mesmo mês, a fim de se realizarem eleições de Vereadores e Juízes de Paz.

O Decreto n.º 17.352, de 14 de junho de 1926, suspendeu o estado de sitio em todo o território de Cotia, no Estado de São Paulo, durante o dia 20 do mesmo mês, a fim de se realizarem, ali, as eleições para Vereadores e Juízes de Paz.

O Decreto n.º 17.359, de 18 de junho de 1926, suspendeu o estado de sitio durante o dia 27 do corrente, em todo o território do Estado do Pará, a fim de se realizarem as eleições de Senador federal.

O Decreto n.º 17.360, de 19 de junho de 1926, suspendeu o estado de sitio no Município de Pedreira e nos Distritos de Borborema e Lençóis, Município de Lençóis e Comarca de Agudos, no Estado de São Paulo, durante o dia 5 de julho do mesmo ano, data em que se realizariam, ali, as eleições de Vereadores e Juízes de Paz.

O Decreto n.º 17.377, de 15 de julho de 1926, suspendeu o estado de sitio em todo o território dos Municípios de Jambeiro, Xiriri, Nova Horizonte, Salto Grande, do Paranapanema, Agudos e Iaconco, no Estado de São Paulo, no dia 21 do mesmo mês e ano.

O Decreto n.º 17.389, de 23 de julho de 1926, suspendeu o estado de sitio no território do Estado de Sergipe, no dia 26 de julho do mesmo ano, data em que se realizariam, ali, as eleições para o cargo de Presidente do Estado.

O Decreto n.º 17.407, de 11 de agosto de 1926, suspendeu o estado de sitio durante o dia 15 do mesmo mês, nos Municípios de Guarani, Ibitinga, Laranjal, Leme e Jambeiro, e nos Distritos de Sacy, Barra Dourada, Bálsamo e Rui.
Barbosa, no Município de Mirassol, no Estado de São Paulo, para, respectivamente, se realizarem as eleições de Vereadores e Juízes de Paz.

O Decreto n.º 17.419, de 25 de agosto de 1926, suspendeu o estado de sítio no Município de Lençois, durante o dia 5 de setembro vindouro, para as eleições de Vereadores.

O Decreto n.º 17.438, de 14 de setembro de 1926, suspendeu o estado de sítio, durante o dia 16 do mesmo mês, nos Municípios de São José dos Barreiros, Igarapava e Monte Aparizível, e, no dia 26, também do mesmo mês, no Município de Ribeirão Prêto, no Estado de São Paulo, para eleição de Vereadores.

O Decreto n.º 17.439, de 16 de setembro de 1926, suspendeu o estado de sítio, durante o dia 19 do mesmo mês, no 2.º Distrito do Estado do Rio de Janeiro, para as eleições de um Deputado federal.

O Decreto n.º 17.440, de 18 de setembro de 1926, suspendeu o estado de sítio em todo o território do Estado de Sergipe, durante o dia 19 do mesmo mês, para eleição de um Deputado à Assembleia Legislativa.

O Decreto n.º 17.446, de 26 de setembro de 1926, suspendeu o estado de sítio em todo o território do Estado de São Paulo, durante o dia 10 de outubro do mesmo ano, a fim de se realizar a eleição para um Senador estadual.

O Decreto n.º 14.447, de 27 de setembro de 1926, suspendeu o estado de sítio em todo o Município de São Carlos do Pinhal, no Estado de São Paulo, durante o dia 3 de outubro do mesmo ano, para eleições de Vereadores.

O Decreto n.º 17.453, de 6 de outubro de 1926, suspendeu o estado de sítio durante os dias 12 e 13 do mesmo mês, em todo o território do Estado de Goiás, a fim de se realizarem as eleições para Primeiro-Vice-Presidente do Estado, Senador e Deputado ao Congresso do Estado e Senador federal.

O Decreto n.º 17.742, de 14 de outubro de 1926, suspendeu o estado de sítio em todo o território do Estado de Sergipe, durante o dia 17 do mesmo mês, para eleições de Deputados à Assembleia Legislativa.

O Decreto n.º 17.483, de 25 de outubro de 1926, suspendeu o estado de sítio durante o dia 31 do mesmo mês, no Município de São José dos Barreiros, no Estado de São Paulo, para eleições.

O Decreto n.º 17.484, de 25 de outubro de 1926, suspendeu o estado de sítio durante o dia 15 de novembro, em todo o território do Estado do Ceará, para eleições municipais.

O Decreto n.º 17.493, de 27 de outubro de 1926, suspendeu o estado de sítio durante o dia 31 do mesmo mês, nos Municípios de Conceição de Monte Alegre e Avanhandava, para a eleição de Juízes de Paz e Vereadores municipais.

Em 30 de outubro de 1926, o Decreto n.º 17.498 tornou extensivo ao Estado de Mato Grosso o estado de sítio de que tratou o Decreto n.º 17.174, de 31 de dezembro de 1925, e suspendeu o que vigorava no Estado do Ceará.

O Decreto n.º 17.500, de 1.º de novembro de 1926, suspendeu o estado de sítio durante o dia 14 do mesmo mês, no Município de Araçatuba, no Estado de São Paulo, para eleições municipais.

O Decreto n.º 17.520, de 8 de novembro de 1926, suspendeu o estado de sítio durante o dia 14 do mesmo mês, em todo o território do Município de Itanhaem, Estado de São Paulo, para eleições municipais.

O Decreto n.º 17.563, de 12 de novembro de 1926, suspendeu o estado de sítio, no dia 14 do mesmo mês, nos Municípios de Salesópolis e Campos Novos, no Estado de São Paulo, para eleições municipais.

No dia 15 de novembro venceu-se o quadriênio do Governo Arthur Bernardes.

Em relação ao estado de sítio — que fora uma das constantes de seu Governo — assim
se referiu artigo do Jornal do Comércio, edição daquele mesmo dia:

"O Sr. Arthur Bernardes dominou todos os movimentos militares, manteve inflexivelmente a ordem pública, salvou a Constituição, podendo orgulhar-se agora de deixar o Poder sem o tisne do sangue de seus patrícios.

Com êle, o estado de sítio evoluiu ao ponto de não ser ao menos pressentido pelo povo. Só os maldizentes e os conspiradores se aperceberam dele. A Nação ordeira mal crê que estejamos em sítio. Esta medida extrema, pois, não foi mais neste Governo do que o cordão de isolamento entre a Constituição e a anarquia."

WASHINGTON LUIZ

Em 15 de novembro de 1926 tomou posse o Presidente eleito WASHINGTON LUIZ PEREIRA DE SOUSA.

Contam-se 87 dias de estado de sítio em seu governo.

Alguns decretos baixados nos primeiros dias de seu governo suspenderam o estado de sítio, que permanecia na maior parte do território nacional, para o fim de se realizarsem eleições:

O Decreto n.º 17.569, de 25 de novembro de 1926 — suspendeu o estado de sítio, no dia 28 do mesmo mês, nos Municípios de Campos Novos, Salesípolis e São José do Rio Pardo, para eleições municipais.

O Decreto n.º 17.570, de 25 de novembro de 1926 — suspendeu o estado de sítio no território do Estado de Mato Grosso nos dias 1 e 2 de dezembro do mesmo ano.

O Decreto n.º 17.597, de 11 de dezembro de 1926 — suspendeu o estado de sítio durante o dia 26 do mesmo mês no Município de Patrocínio do Sapucahy, no Estado de São Paulo, para eleições municipais.

O Decreto n.º 17.605, de 21 de dezembro de 1926 — suspendeu o estado de sítio no dia 26 do mesmo mês, no Município de São Miguel Arconjo, no Estado de São Paulo, para que se realizassem ali eleições municipais.

O Decreto n.º 17.616, de 31 de dezembro de 1926 — declarou em estado de sítio, até 31 de janeiro de 1927, o território dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás.

O Decreto n.º 17.623, de 5 de janeiro de 1927 — suspendeu o estado de sítio no território do Estado de Santa Catarina no dia 9 do mesmo mês e ano.

O Decreto n.º 17.656, de 26 de janeiro de 1927 — suspendeu o estado de sítio no Estado de Santa Catarina.

O Decreto n.º 17.658, de 31 de janeiro de 1527 — prorrogou nos Estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás, o estado de sítio de que tratou o Decreto n.º 17.616, de 31 de dezembro de 1926, até o dia 28 de fevereiro do mesmo ano.

O Decreto n.º 17.672, de 7 de fevereiro de 1927 — suspendeu o estado de sítio no território do Estado do Rio Grande do Sul.

O Decreto n.º 17.675, de 8 de fevereiro de 1927 —suspendeu o estado de sítio no território do Estado de Mato Grosso, no dia 10 do mesmo mês, para a eleição de um deputado estadual.

O Decreto n.º 17.676, de 8 de fevereiro de 1927 — suspendeu o estado de sítio no território do Estado de Goiás, no dia 10 do mesmo mês, para a eleição de um senador estadual.

Somente pelo Decreto n.º 17.683, de 10 de fevereiro de 1927, foi suspenso o estado de sítio nos territórios dos Estados de Mato Grosso e Goiás, por estar extinta a revolta a mão armada que desde 1922 conflagrou o País.

A mensagem presidencial, enviada pelo Sr. Washington Luiz ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos, em 3 de maio de 1927, assim se re-
feriu aos movimentos revoltosos ocorridos no País:

"Ao se aproximar 15 de novembro, ao
findar o anterior período governamen-
tal, a revolta que, desde 1922, confla-
grara partes do Brasil militarmente es-
tava vencida, politicamente ficara sem
objetivo.

Grupos dispersos ainda conservavam ar-
mas nas mãos, inquietando o espírito
público, mas já sem eficiência e sem al-
trance, disseminados na vastidão quase
íntima dos nossos sertões, pouco ha-
bitados e completamente despolicados.
Era unânieme a convicção de que 15 de
novembro de 1926 marcaria a aurora
da ordem e da paz. Era essa a perspec-
tiva patriótica que se esboçava, despar-
tendo em todos fundados esperanças.

Depostas as armas já inúteis, desarma-
dos os espíritos, a Nação deveria reinte-
grar-se na ordem legal, com a obediên-
cia geral às leis do País, com o acata-
mento da justiça, com o respeito indispensável às autoridades constituidas, re-
encetando assim o seu progresso, basea-
do no trabalho calmo, honesto, remune-
rador.

Mas, ao receber na capital da Repúbli-
ca, a 15 de novembro, no dia da posse,
as ruídosas e inesquecíveis aclamações
de afeto e de confiança, sinceras e es-
pontâneas, do povo carioca, desacostum-
ado de aplaudir; ao receber de todos os
Estados, de todos os pontos do Brasil,
das suas forças políticas, administrativas
sociais manifestações de apoio e de so-
lidariedade; ao receber de todas as na-
ções civilizadas demonstrações corteses
de felicidade e de segurança; ao receber
tudo isso, recebia também o Governo Fe-
deral primeiras e certas comunicações
de que, no Rio Grande do Sul, nas últi-
mas horas do dia 14 e nas primeiras do
dia 15 de novembro, elementos do 3.º
G.A.C. de Bagé, 9.º R.C.I. de São Ga-
briel, o 5.º R.A.M. e um batalhão do
7.º R.I., em St.ª Maria, se tinham su-
blevado; mais, de que o ex-contestado
território de Santa Catarina e do Para-
nó, invadido o 5 de novembro por Pór-
to Feliz, era atravessado por uma cola-
na de rebeldes, e ainda de que nos ser-
tões de Goiás e de Mato Grosso, com
revivescência brutal, tomavam surto nô-
vo os ataques, assaltos por parte de
grupos rebeldes ainda por lá espalha-
dos.
Era a comprometida, ficou bem mar-
cado, e assim anunciavam manifestos,
convidando povo e Exército, que a luta
continuaria sem trégua, até não se sabendo onde, mas com ela forçando o
Governo a medidas de defesa, dispen-
siadas e mortíferas, a sustentar a guer-
ra civil, para sua própria conservação,
não ser-se elevado da existência
atual e da prosperidade futura do
País.

Era nesses tempos de 26 de novembro,
e com o Governo, de forma extremada
insinuando a recepção de novos elementos
para reforçar os que já estavam no
país, para fazer face a uma situação
muito acirrada.

Era assim, naqueles dias, que a re-
volta estava em curso, e a luta por
seu desfecho se dava em diferentes
lugar, na busca por uma solução para
a crise que se vivia.

Numa terra de contradições e diver-
sões, o Brasil encontrava-se em um
momento de mudanças, e a luta por
uma nova ordem era o desafio que se
presentava a todos.

O Governo, então, havia tomado
medidas para reforçar os seus segui-
mentos, e os elementos que haviam
lutado contra o antigo regime agora
eram encorajados a continuar a luta
por um futuro melhor.

Ainda assim, a situação continuava
complicada, e a luta por uma solu-
ção para a crise que se vivia era o
desafio que se apresentava a todos.

Numa terra de contradições e diver-
sões, o Brasil encontrava-se em um
momento de mudanças, e a luta por
uma nova ordem era o desafio que se
presentava a todos.

O Governo, então, havia tomado
medidas para reforçar os seus segui-
mentos, e os elementos que haviam
lutado contra o antigo regime agora
eram encorajados a continuar a luta
por um futuro melhor.

Ainda assim, a situação continuava
complicada, e a luta por uma solu-
ção para a crise que se vivia era o
desafio que se apresentava a todos.

Numa terra de contradições e diver-
sões, o Brasil encontrava-se em um
momento de mudanças, e a luta por
uma nova ordem era o desafio que se
presentava a todos.

O Governo, então, havia tomado
medidas para reforçar os seus segui-
mentos, e os elementos que haviam
lutado contra o antigo regime agora
eram encorajados a continuar a luta
por um futuro melhor.

Ainda assim, a situação continuava
complicada, e a luta por uma solu-
ção para a crise que se vivia era o
desafio que se apresentava a todos.

Numa terra de contradições e diver-
sões, o Brasil encontrava-se em um
momento de mudanças, e a luta por
uma nova ordem era o desafio que se
presentava a todos.
pas revoltos, lá em ação. Em Goiás e Mato Grosso, grupos numerosos continham as depredações às propriedades e os assaltos e ataques às dispersas populações sertanejas, traçando, com sangue e cinzas, sinistros itinerários nos sertões brasileiros, desprevenidos de armas, alheidos da política.

Cinco Estados da Federação de novas garra da revolta.

Que significou esse novo surto de sangue e de destruição e de ódios, forçando a Nação a novos sacrifícios, a nova defensiva?

O governo transitou havia terminado o seu mandato calmamente, e legalmente havia transmitido os poderes presidenciais ao seu substituto constitucional.

Nessas condições, a luta já não se dirigia contra esse governo senão aos governos, o que tanto vale dizer contra as instituições republicanas, que nos regem.

Ou, então, essa recrudescência da revolta, fazendo crer em forças ignoradas, em homens e recursos, queria impedir, como se dizia, a anistia pelas armas, para término da luta.

No primeiro caso, era a própria República que estava em jogo; no segundo caso não se compreende, no estado de civilização atual, a guerra civil, tendo por objetivo a anistia.

Em qualquer dos casos, não poderia o Governo tratar com os poucos revoltosos, ainda com as armas nas mãos. E não o fez, desautorizando sempre os intermediários que se ofereciam e não reconhecendo autoridade nos que se apresentavam.

Desde as primeiras horas do período governamental, mais tarde plenamente confirmado, verificou o novo governo que a opinião pública em geral não prestigiu, antes, pelo contrário, censurou e profiliou o movimento impestivo, perturbador e impatriótico.

Nenhum apoio encontrou esse novo surto revolto no povo brasileiro, e circunscrito ficou, nas regiões devastadas, sem eficiência militar e sem significação política, apenas obrigando o Governo a manter o estado de sítio, já encontrado, a fim de poder tomar as medidas extraordinárias aconselhadas pela segurança da República e do Brasil, evitar a propagação de notícias exageradas ou tendenciosas e, principalmente, para ir soltando aos poucos os presos políticos, sem mandados da justiça, retomando, assim, paulatinamente, como convinha, a ordem legal.

Desde o dia 17 de novembro, civis e militares de terra e mar foram sendo postos em liberdade, de modo que a 31 de dezembro, quando expirou o estado de sítio decretado a 23 de abril de 1926, só ficaram os que se achavam detidos em virtude de despacho ou sentença de juiz.

Apenas cinco oficiais do Exército, cujas declarações e manifestações de solidariedade com os revoltosos desaconselhavam a sua liberdade, no momento, foram transferidos para a guarnição do Rio Grande do Sul. Por decretos números 17.616, de 31 de dezembro de 1926, foi levantado o sítio na Capital Federal, nos Estados do Pará, Amazônicas, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Ceará e Sergipe, tendo sido prorrogado ainda até 31 de janeiro de 1927 para os Estados de Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde continuava ainda a perturbação da ordem pública.

Desde novembro vinha o Governo providenciando, com energia e decisão, para terminação da luta frustrada, com a reorganização de unidades do Exército e da Marinha, com a incorporação das polícias militares estaduais e organização de batalhões patrióticos.

Manda a justiça consignar que teve, então, o Governo a cooperação eficaz, feal de todos os ministros, principal-
mente os da Guerra e da Marinha, a colaboração valiosa e patriótica dos presidentes e governadores dos Estados, principalmente os do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas, Mato Grosso e Goiás, e o apoio completo do povo brasileiro na triste emergência.

A 5 de janeiro de 1927, as forças invasoras do chamado contestado foram completamente derrotadas em Santa Catarina, abandonando arquivos, trens de transporte, armas e munições, e os poucos fugitivos desapareceram pela fronteira argentina.

Por Decreto n.º 17.656, de 26 de janeiro de 1927, foi suspenso o sítio no Estado de Santa Catarina. Por Decreto n.º 17.658, foi ainda prorrogado o sítio nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

Neste último Estado os elementos revoltosos das guarnições de Bagé, São Gabriel e Santa Maria, juntos aos invasores que se haviam infiltrado pela fronteira uruguaia, foram sempre batidos e derrotados nos diversos pontos do Estado, em que foram alcançados e, tenazmente, perseguidos, sendo obrigados, em número de 603, a se refugiar na vizinhança republica, cujas autoridades militares os receberam, desarmando-os e internando-os no campo militar de Tacuarembo, onde foram conservados até 26 de fevereiro de 1927.

Restavam ainda a noroeste do Rio Grande do Sul, nos campos de Erechim, pequenos grupos armados, ainda em revolta, que afinal foram dispersados e abandonaram o Estado em princípios de fevereiro. A 7 de fevereiro, pelo Decreto n.º 17.672, foi suspenso o estado de sítio no Rio Grande do Sul.

Os grupos que assolavam Mato Grosso, acossadas de perto durante semanas, depois de sérios reveses em Bom Jardim e Jauru, em número de 615, a 3 de fevereiro se internaram na Bolívia, sendo desarmados pelas autoridades militares da república vizinha e distribuídos por São Mathias, Gahita, Vera Cruz e outras povoações do oriente boliviano.

Não obstante existir, ainda, no território brasileiro, um pequeno grupo revoltoso, entre 60 a 80 homens, que, afinal, a 23 de março, por Santa Rosa, se internou no Paraguai, entregando as poucas armas às autoridades dessa República, pelo Decreto n.º 17.683, de 10 de fevereiro de 1927, foi suspenso o sítio nas territórios de Goiás e de Mato Grosso.

Durante o período em que o Governo atual foi forçado a decretar e manter o estado de sítio, foram esses os atos praticados, que afinal se resumiram em medidas de ordem militar, estritamente legais, mesmo em tempos normais, para defesa do País e de suas instituições. Presos foram apenas revoltosos em combate, com armas em mãos, e processados foram alguns oficiais desertores que se apresentaram às autoridades competentes.

Grandes têm sido as despesas, algumas já liquidadas, muitas ainda por liquidar, ocasionadas por êsses lamentáveis acontecimentos.

Em data de 10 de fevereiro de 1927, pôde o Governo Federal comunicar a tôdas as autoridades brasileiras, no País, e aos nossos representantes diplomáticos, no estrangeiro, que se achava extinta a revolta que, desde 5 de julho de 1922, confessara partes do Brasil e, reintegrado o País na ordem constitucional, todos os brasileiros se achavam dentre dos leis, na posse plena de todos os seus direitos e no gozo de suas liberdades.

Agora só a ação do tempo pode aliviar o luto nas almas e mitigar os ódios nos corações, criados e alimentados por movimentos impatrióticos, que ameaçaram de perto a integridade e, portanto, a existência do Brasil.
No País, o regime constitucional está restaurado, a ordem pública foi inteiramente restabelecida, a pacificação dos espíritos está feita, confiantes e esperançosos todos de que o atual estado de coisas se mantenha e perdure.” (Congresso Nacional, Mensagem Presidencial de 1927, pág. 47-49.)

Para o quadriênio 1930—1934 foi eleito JÚLIO PRESTES, que não foi embaixado como Presidente da República em virtude do movimento revolucionário-militar deflagrado simultaneamente, no dia 3 de outubro de 1930, nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais.

Em sessão do dia 4 de outubro, na Câmara dos Deputados, foi lida mensagem do Presidente da República em que, em vista dos acontecimentos verificados no País, solicitava ao Congresso Nacional a decretação do estado de sítio.

MENSAGEM

“Srs. Membros do Congresso Nacional


O Governo Federal conhece a trama desse movimento, cuja propaganda, aliás, se fazia aberta e notoriamente, de alguns meses a esta parte, pela imprensa, nos comícios e na tribuna parlamentar, e, com maior intensidade, nos Estados acima referidos e no do Paraíba, êste último já conflagrado por uma luta política interna.

Não obstante a firme repulsa que a essa campanha impatriótica opõs sempre a opinião sensata do País, os elementos propugnadores da desordem conseguiram sublevar fôrças policiais de Minas e do Rio Grande do Sul.

A gravidade da situação cresce pela fato de ser essa comôção intestina dirida e amparada pelos próprios governos dos respectivos Estados.

Em tais condições, para que o Governo Federal possa agir com prontidão e eficiência no sentido de reprimir esse movimento subversivo, torna-se necessário que o Congresso Nacional declare estado de sítio o território dos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba, Rio de Janeiro e do Distrito Federal, com fundamento no disposto nos arts. 34, número 20, e 80, da Constituição Federal, até 31 de dezembro de 1930, e autorize o Poder Executivo a estender essa medida, se julgar necessário, a outros pontos do território nacional.

Solicito, também, autorização para fazer as operações de crédito precisas a fim de ocorrer às despesas extraordinárias exigidas pelas circunstâncias.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1930

— Washington Luiz P. de Souza” —

(“Diário do Congresso Nacional”, 5 de outubro de 1930, pág. 3.957.)

Com mais de cem assinaturas, vem à Mesa e é lido o seguinte projeto de estado de sítio:

Projeto n.º 293 — 1930
(Constituição e Justiça, 88, 193)

“O Congresso Nacional decreta:

Artigo único — É declarado o estado de sítio, até o dia 31 de dezembro do corrente ano, no Distrito Federal e nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, ficando o Presidente da República autorizado a estendê-lo a outros pontos do território nacional e a suspender-lo em todo ou em parte; revogadas as disposições em contrário.”

Debatendo a Mensagem do sítio, o Sr. Maurício de Lacerda analisou-o em vários pontos:

O Sr. Maurício de Lacerda — Sr. Presidente, poderia, neste instante, votar em silêncio contra a medida que a quase unanimidade da Casa, numa verdadeira moção de confiança, acaba
de tornar matéria urgente na ordem dos nossos trabalhos legislativos.

Conhecendo, de ciência própria, que o sítio está para os governos como o álcool para os organismos, e que se algumas vezes tem efeito tônico, outras acaba por viciá-los e os degenerar na prática, entendo, Sr. Presidente — como afirmei em meus livros, egresso do cárcere, onde fora lançado em virtude de estados de sítio, em verdadeira dízima periódica —, que o estado de sítio é o último resíduo do absolutismo na vida das democracias, e que as Constituições da América deviam abolir essa medida de guerra, declarada pelo poder público aos seus concidadãos.

Estamos, porém, diante de uma Constituição que adota o estado de sítio como medida de defesa das instituições, da ordem e da integridade da pátria, contra o inimigo estrangeiro ou contra as convulsões internas. Força é examinar, sob o império dêste inciso constitucional, expresso, a situação que o projeto virá criar à consciência de cada um de nós e a instabilidade das garantias constitucionais que dele decorrerem imediatamente para todos os nossos concidadãos.

O Sr. Adolpho Burgemini — Apoiado!

O SR. MAURÍCIO DE LACERDA: —

Houve um vago receio de obstrução — e nisso eu me permito salientar a nobre resistência de V. Ex.º, Sr. Presidente, a que se adotasse o cercamento da palavra, da livre crítica, ao menos aqui dentro, em projeto de tamanha importância e de tais recatos que não só coincide com o maior momento histórico que atravessa o Brasil depois da Independência, como concretiza em cada um de seus textos vários casos que são verdadeiras novidades em matéria constitucional —; houve um vago receio de obstrução, que devia ter parado diante da impossibilidade que o Regimento “carta-pescoço”, que nos rege, decretou para os Deputados em projetos tornados matéria urgente na sua deliberação. E, aos demais, Srs. Deputados, por que a ingenuidade de obstruir o andamento de medida que só vem legalizar a violência, quando as violências já foram praticadas esta manhã, independentemente da decretação do estado de sítio e além da competência que o estado de sítio podia estabelecer às próprias autoridades do Executivo na manutenção da ordem? Quero me referir, Sr. Presidente, ao ponto importantíssimo que esse episódio vem acentuar em nossa vida política, o ponto da caçada, da raspagem policial nas redações, onde se encostavam os “tintureiros”, para retirar todos os pesssoas presentes, até os inocentes e os humildes obreiros e proletários que apenas têm do jornal a responsabilidade material do seu braço de linotipos.”

Mais adiante:

“Poder-se-ia admitir que o sítio fôsse decretado para o Estado do Rio pela natureza da sua colocação no mapa federal, como território contíguo e de meios de comunicação dependentes de Minas; seria medida de prevenção. Se, entretanto, assim era, por que não se pediu o estado de sítio para Santa Catarina, que tem caminho aberto para o Rio Grande do Sul, caminho que já foi percorrido em 93, até o Itararé, pela espa da desse mesmíssimo Marechal Isidoro que, consontante notícias provindas dos Pampas, acaba de atravessar a fronteira para colocar-se ao lado de seus patrícios?

Por que não se decreta o estado de sítio para Santa Catarina? Por que a minha terra natal há de ser sempre saco de roupa suja dos regimes em liquidação forçada ou não?

E por que a Capital da República há de viver sob o estado de sítio até 31 de dezembro, se a revolta é no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais?”
Dir-se-á que, aqui, é a sede do Go-
vêrno e o trabalho dos correligioná-
ríos desses insurrectos poderá, através
das suas fôlhas de imprensa e dos seus
comícios, influir na opinião, impressio-
nar o povo e abalar, portanto, o crê-
dito e, ao mesmo tempo, a firmeza do
Governo com as instituições em perig-
o, na sede em que terá de realizar
lôda a sua obra de defesa...”

Continuando:

“Presidente o Sr. Epitácio Pessoa, em
1922, o Congresso da República apro-
vou de afogadinho, como vai fazer ago-
ra, projeto idêntico, em idênticas dispa-
rações. Fui preso logo após o com-
bate de Copacabana, e, da prisão, em-
bora incomunicável, pude violar essa
incomunicabilidade e pedir ao Supre-
mo Tribunal habeas corpus para os
jornalistas que se encontravam na Ilha
das Cobras, por ser inconstitucional a
prorrogação visada no projeto.

Sabe, V. Ex., Sr. Presidente, como
resolveu o Supremo Tribunal? Acaso o
Sr. Pires de Albuquerque, Procurador-
Geral da República, encaminhou, na
votação do pedido de habeas corpus, a
rejeição do mesmo? Não. Pediu que
fôsse declarado prejudicado porque o
Presidente da República, para evitar
dúvidas sobre o exercício constitucio-
nal das suas funções, acabava de diri-
gir ao Congresso Nacional mensagem
pedindo nova autorização decretando o
sítio expressamente para os pontos do
território nacional a que se devia es-
tender.

O Relator dêse projeto, provocado pela
mensagem referida, foi o Sr. Mello
Franco. Aí temos, portanto, Sr. Presi-
dente, duas resoluções: a do Congres-
so durante a guerra externa (o orador
se refere ao sítio de 1917, por ocasi-
ão da participação do Brasil na Gra-
de Guerra) e a do Congresso durante
uma guerra civil em que, dentro da
Capital da República, se combatia em
Deodoro, e os canhões do Forte de Co-
pacabana bombardeavam a cidade nos
pontos em que era armada e, ao mes-
mo tempo, era bombardeado pelos na-
vios da escadra. Nessa emergência,
o Congresso não perdeu a serenidade
e soube dar prova de apoio político,
mas não prova que pudesse sacrificar
as suas convicções jurídicas.

Agora, entretanto, Sr. Presidente, se
vai decretar o sítio nestas condições.
V. Ex.° se recordará como das ex-
pressões com que, em 1917, comba-
temos, no Congresso, igual determina-
cção. Apoiados por Gonçalves Maia e
Pedro Moreira na Câmara, e no Senado
pela palavra oracular do pai do con-
stitucionalismo nacional republicano,
que era Rui Barbosa, dissemos que,
embora contra o inimigo estrangeiro,
ninha época os alemães, não poderíamos
admitir que a nossa consciência em
matéria constitucional aceitasse a mu-
tilação daquela ordem, mesmo porque,
acrescentávamos: “Hoje é a guerra
externa, contra inimigo estranho; ama-
nhã será contra irmãos, na guerra ci-
vil.” E assim foi. Em 1922 já se fazia
contra irmãos. Em 1924, já se decre-
tava — e aí sem possível recurso para
os tribunais, nem possível reação do
Congresso — o estado de sítio com
essa larga autorização.

Sabe V. Ex.°, Sr. Presidente, qual a
consequência dessa transigência
imperdoável? É que, imediatamente, o
então Presidente da República se acha
com autoridade constitucional bastan-
te para, em nome do estado de sítio,
intervir no Estado do Rio e na Bahia,
depondo os seus governos.

Aí está como o crime só gera o crime,
o erro só produz o erro, o atentado só
prolifera em atentado. Assim, no in-
divíduo, e assim será sempre no Es-
tado; assim no governo como no ci-
dadão.

O Sr. Cyrillo Junior — V. Ex.° sabe
quem está proclamado ditador do Bra-
sil, por uma circular de Minas?
O SR. MAURICIO DE LACERDA —
Não sei.


O SR. MAURICIO DE LACERDA —
Não sei se o ex-presidente Arthur Bernardes está proclamado ditador do Brasil, em Minas. O que sei é que, contra os poderes ditatoriais de que ele fôr investido, como contra os poderes ditatoriais de que, à mercê dessa alegação descomprovada, se quer investir o Sr. Washington Luís, a minha palavra liberal há de se levantar no Parlamento, em nome da consciência brasileira, que dispensa ditadores.”

Mais adiante, continuou o orador:

“Estamos, Sr. Presidente, em face do decreto de sitio que vai ser o presidente da intervenção. O Sr. Presidente da República, que pode dar ordens diretas, a um general do Exército, para, sem intervenção, pacificar a Paraíba, não deu, já apoiado pelas tropas federais, essas ordens diretas ao General Gil de Almeida, ou ao inspetor da Região Militar de Minas Gerais? Só há uma conclusão a tirar: na Paraíba S. Ex.º contava com as tropas federais; em Minas e no Rio Grande estas lhe terão faltado.

A crise, portanto, é muito mais séria do que se se tratasse de simples secção. Há a revolta de dois governos, com as suas polícias, contra o Poder Central; terão sido os apoio do Exército, pelas tropas que lá se achavam acampadas? Se tiveram, não se trata de separação que esses Estados intentam, mas de episódio idêntico ao de Piratini, em que, para derrubar um trono, o Rio Grande se pôs em armas e foi até Santa Catarina, na República da Literiana; é como o movimento do Rio Grande, em 93, indo até Lopa, na fronteira paulista; é a rebelião de Minas Gerais, em 42, ligada ao Rio Grande, em consequência de Piratini, lutando contra o Ato Adicional, contra o Império. Esses Estados não se batiem contra a comunhão brasileira, mas, sim, pela comunhão brasileira, pela liberdade nacional.

Aí estão, Sr. Presidente, examinados na rapidez do tempo que tive, vários dos pontos do projeto, que interessava ventilar no momento. Existe, entretanto, ainda, um último — o relativo às imunidades parlamentares.

V. Ex.º, Sr. Presidente, e toda a Câmara sabem que não vou tocar nesta questão por temor ao ergástulo. Já me habituei às prisões de Estado. O ergástulo não exerce sóbre mim intimidação alguma.

Há, porém, sob o aspecto constitucional, um ponto que não pode deixar de ser examinado. Esse decreto do estado de sitio, sem declaração expressa do respeito às imunidades dos outros poderes da República — Judiciário e Legislativo —, implicitamente as revoga, ou, ao contrário, as quer manter?”

Debatida esta questão, concluiu o seu discurso o Sr. Maurício de Lacerda:

“Sr. Presidente, não quero demorar ao Sr. Presidente da República o prazer de receber esse decreto pela qual vai apenas legitimar as prisões que efetuou no Rio de Janeiro. S. Ex.º irá intervir em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul — se puder.

Agora, Sr. Presidente, depois de tantos pontos constitucionais debatidos, tenho a impressão de que se deu a passar a ponta de um bisturi na carne insensibilizada de um cadáver. Se no Brasil Estados empunham armas contra a União — como se quis dizer até aqui —, se já há distadura em algumas unidades, nenhuma outra coisa mais grave vejo surgir na história pátria para provocar não as medidas de apoio incondicional a um governo, a fim de reprimir, mas para provocar os responsáveis pelos destinos nacionais um gesto que obriga esses governos a refletir.
Só chegamos à situação de ver homens, que ainda ontem eram os apóstolos da legalidade, segundo o Sr. Júlio Prestes, e sem os quais não haveria Brasil, em armas, contra aquilo que se diz ser a unidade da pátria. Só chegamos a este ponto, decerto, por erros comuns e recíprocos que estão envenenando, com a harmonia da Nação, a solidariedade, a paz e a fraternidade brasileira.

E, sem corrigir esses erros recíprocos, sobretudo da parte do Governo Federal, que tem exorbitado, violando o voto dos seus concidadãos pelas depurações no Congresso e pelas revoluções de encomenda no Nordeste; sem corrigirmos esses erros, Sr. Presidente, o episódio de Minas Gerais, como o do Rio Grande do Sul, não são apenas um protesto material que se levanta em duas unidades, mas o aviso moral da nacionalidade, cansada de tais arbitérios, pedindo, enfim, para sair deste regime de prepotência continuado; sair, seja como fôr e seja para onde fôr.

Revolucionário, esquerdista, radical, convencido sempre, como convencido estou, de que os maiores brasileiros se hão de curar radicalizando os métodos de seu tratamento, guardarei, entretanto, neste momento, reservas para com a revolução que explodiu ontem, porque não sei se ela quererá ir mais para a direita ou mais para a esquerda. Se fôr para a esquerda, nós nos encontraremos no caminho da redenção dos humildes e da libertação de todos aqueles que foram espoliados no seu braço, no seu suor e no seu ideal.

Nesse dia, sim, Sr. Presidente, desta mesma tribuna, ou fora dela, proscreto, priso, ou ainda consentido, tolerado neste mandato do povo de minha terra, eu diria à revolução que esquecesse todos os ódios por amor a todos os brasileiros.

Se a que aí está veio fazer essa obra de redenção social, de reformas pro-fundas, se deu aquêle passo à frente, que eu tanto pedi, a fim de que o Brasil saísse finalmente das meias fórmulas empíricas, das pequenas reformas passageiras, dos governos facciosos e entrasse nas grandes transformações que estão ardendo no espírito dos séculos, com essa chama imortal que os deuses põem em cada ciclo das nações para que se iluminem e se redimam, incendiando almas e corações, como incendiada está a alma brasileira — espero que das montanhas azuis de Minas Gerais, como dos pampas verdes do sul, não surja o passo cadencioso de uma ditadura que ainda acabe nos roubando as últimas cerimônias da atual ditadura para com esta lei que hoje estamos violando, mas surja o passo de carga da nacionalidade, decidida, enfim, a derrubar não o Governo por desamor às pessoas, mas o Governo por amor à coletividade nacional.” (Op. cit., pág. 3.959 a 3.964.)

O projeto de estado de sitio foi aprovado por 119 contra 6 votos na Câmara dos Deputados. (Op. cit., pág. 3.967.)


Na mesma sessão de 4 de outubro, foi aprovado na Câmara projeto autorizando o Poder Executivo a fazer operações de crédito, internas ou externas, até 100.000:000$, para despesas extraordinárias com a manutenção da ordem e das instituições no território nacional. (Op. cit., pág. 3.968.)

A Lei no. 5.808, de 4-10-1930 — declarou em estado de sitio o território do Distrito Federal e os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraíba, de 4 de outubro a 31 de dezembro de 1930.

O Decreto no. 19.350, de 5 de outubro de 1930 — declarou em estado de sitio o território nacional, de 4 de outubro a 31 de dezembro de 1930.